

BOLSAS		BOVESPA		C-BOND		DÓLAR		EURO		OURO		CDB		INFLAÇÃO	
Na quinta (em %)		Índice da Bolsa de Valores de São Paulo nos últimos dias (em pontos)		Título da dívida externa brasileira, na quinta		Comercial, venda, quinta-feira (em R\$)		Turismo, venda (em R\$)		Na BM&F o grama (em R\$)		Prefixado, 32 dias (em % ao ano)		IPCA do IBGE (em %)	
+4,55	São Paulo	26.756	18/02 21/2 22/2 23/2 24/2	US\$ 1,021	(▼ 0,12%)	2,63	(▲ 1,46%)	3,54	(▼ 0,02%)	R\$ 36,90	(▼ 1,89%)	18,69		Setembro/2004	0,33
+0,7	Nova York	28.436												Outubro/2004	0,44
														Novembro/2004	0,69
														Dezembro/2004	0,86
														Janeiro/2005	0,58

POLÍTICA ECONÔMICA *Economia - Brasil*

Banco Central expõe uma das fragilidades das finanças nacionais, o aumento dos gastos públicos, e provoca reação do Tesouro Nacional. Instituição nega tomar decisões que favoreçam o aumento dos juros

Discórdia federal

VICENTE NUNES
E RICARDO ALLAN
DA EQUIPE DO CORREIO

O Banco Central e o Tesouro Nacional tornaram públicas ontem as divergências que vinham há tempos mantendo nos bastidores do governo. A discórdia foi explicitada por meio da ata da reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) realizada na semana passada, na qual a taxa básica de juros subiu de 18,25% para 18,75%. No item 28 do documento, a diretoria do BC cutucou o Tesouro, ao ressaltar que “reduções nos gastos públicos reforçam a ação da política monetária no controle da inflação e que o aprofundamento no processo de melhora nas contas públicas abre mais espaço para a redução das taxas reais de juros da economia no médio prazo”. Há, dentro do BC, queixas de que a política fiscal do governo seria expansionista. O Tesouro estaria injetando recursos além do desejável na economia, reduzindo a eficácia dos juros altos ao contribuir para a manutenção dos índices de preços acima da meta de 5,1% perseguida pelo BC.

As colocações do Copom provocaram reação imediata do secretário do Tesouro, Joaquim Levy. Procurando mostrar tranquilidade, ele negou qualquer contribuição dos gastos públicos para pressionar a inflação. Segundo Levy, estudos feitos por técnicos do Tesouro com base nas despesas acumuladas pelo governo em dezembro do ano passado apontavam “neutralidade” na política fiscal. Ou seja, os gastos públicos — que influenciam o que os economistas chamam de demanda agregada — não estavam jogando os índices de preços nem para cima nem para baixo.

“O resultado de janeiro não assinalou nenhuma mudança nessa realidade. Pelos números de que disponho, não vejo ne-

nhum relaxamento da política fiscal”, disse Levy, ao anunciar superávit primário (receitas menos despesas, sem levar em conta os juros da dívida) de R\$ 8,354 bilhões no caixa da União no mês passado. O secretário afirmou ainda ser um “entendimento universal” que a política fiscal pode ter influência na demanda. E tentou minimizar a manifestação expressa na ata do Copom. “É natural o BC tratar do assunto, como acontece em outros países”, frisou.

Mercado dividido

As divergências dentro do governo se repetem no mercado. De um lado, economistas como Sérgio Werlang, do Banco Itaú, e José Júlio Senna, da MCM Consultores, são enfáticos ao criticarem os aumentos de gastos do governo e os efeitos negativos sobre a inflação. De outro, Octávio de Barros, economista-chefe do Bradesco, e Newton Rosa, economista-chefe da SulAmérica Investimentos, endossam os argumentos do secretário do Tesouro: a política fiscal está sendo neutra quando o assunto é a movimentação dos preços. “Na minha opinião, o Tesouro tem sido rígido no controle dos gastos, e o governo, ao manter o superávit primário das contas públicas em 4,25% do Produto Interno Bruto (PIB), contribuiu para manter a confiança no país, com efeitos positivos a médio e longo prazos”, destacou Rosa.

Para Joaquim Levy, como a economia está crescendo num ritmo forte, o governo não precisa aumentar gastos para estimular a demanda. “O governo não quer com-

petir por espaço na economia. Temos todo cuidado com a demanda”, garantiu. E deu como exemplo a escolha apenas de

obras que equilibrem a oferta e procura para fazer parte do projeto-piloto com o Fundo Monetário Internacional (FMI), que

vai excluir do superávit primário do setor público investimentos de cerca de R\$ 3 bilhões anuais em infra-estrutura.

